

## EFEITOS DE SENTIDO DA IDEOLOGIA COLONIALISTA EM ENUNCIADOS KAINGANG

SOLANGE APARECIDA GONÇALVES<sup>1</sup>  
THIAGO MANCHINI DE CAMPOS<sup>2</sup>  
(UNICAMP)

**ABSTRACT:** The aim of this paper is to analyze two Kaingang statements, searching in these the meanings - ideologically constituted - hidden in the discursive mesh. For this, we used some theoretical tools proposed by the French discourse analysis and the semantics of statements, arguing the concepts of statement, interdiscourse and conditions of production around the notion of event as proposed in Foucault (1972b). After the analysis, it was evidenced a strong presence of the colonialist discourse, that constantly enters in shock with the progressive discourses to which the Kaingang today are exposed. One observes thus a constant fight between the past (tradition) and the present (changes).

### INTRODUÇÃO: A PRODUÇÃO DOS ENUNCIADOS

Os Kaingang hoje são considerados um dos cinco povos indígenas mais populosos da Brasil, com aproximadamente 30 mil pessoas distribuídas em cerca de 30 áreas indígenas diferentes entre os Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O povo Kaingang, assim como os povos indígenas em nosso país, sofreram (e ainda sofrem) as conseqüências da expansão da sociedade majoritária em muitos aspectos. Atualmente eles vivem diferentes realidades em termos de distribuição e ocupação de terras e também na manutenção de sua língua e de suas tradições.

Os enunciados que estaremos apresentando neste artigo são de autoria de professores Kaingang e foram produzidos em um curso denominado Vãfy<sup>3</sup>. Os temas para produção dos textos eram livres e foram escolhidos pelos autores. Pensando nas condições histórico-enunciativas em que aparecem, pode-se dizer que o que foi selecionado permite assinalar o não-dito. É um recorte discursivo. É o acontecimento da enunciação em si que os torna 'enunciados'. Os locutores têm um lugar social e o dizer constitui um sentido. Desse modo, o que configura os textos não são as somas de seus enunciados, mas um sentido de totalidade produzido numa relação determinada, na qual há lugares do sujeito no

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Lingüística IEL/CNPq, processo nº 142404/2007-1.

<sup>2</sup> Mestrando em Lingüística IEL/FAPESP, processo nº 2007/02189-2.

<sup>3</sup> Iniciado em 2001, o Vãfy é um programa de formação de professores Kaingang na modalidade Magistério Específico Indígena de 2º Grau, coordenado pela Funai - Passo Fundo, Unijuf, Universidade de Passo Fundo e Associação de Professores Bilíngües Kaingang Guarani.

acontecimento da enunciação. Estaremos também fazendo um recorte e é importante lembrar que é uma possibilidade de interpretação que estará sendo tomada como objeto de reflexão, já que a incompletude é característica de todo processo de significação.

## **O INSTRUMENTO DE ANÁLISE: A ANÁLISE DO DISCURSO COMO (RE)LEITURA DO SUJEITO E DOS SENTIDOS**

É no final da década de 60 que a análise do discurso de linha francesa (doravante AD) surge, concebida em “seu sistema como uma espécie de ‘Cavalo de Tróia’ destinado a ser introduzido nas ciências sociais para provocar uma reviravolta” (HENRY, 1990, p.36). Caracterizada como um campo de saber marcado pelas tensões e contradições, a AD constitui o discurso como seu objeto de pesquisa, paralelamente problematizando as noções de língua, ideologia e sujeito, entre outras.

A noção discursiva de sujeito é elaborada a partir da noção de *forma sujeito* de Louis Althusser, que Pêcheux (1988) adota e desenvolve no interior da teoria que formula. A questão central nessa concepção é que o sujeito é considerado o resultado de um processo sócio-histórico de constituição e não o reflexo (psicológico) de características naturais (biológicas).

A forma sujeito é, conforme coloca Althusser, “o modo de existência histórica de todo indivíduo, agente das práticas sociais”. Segundo esse autor, “os sujeitos agem em e sob determinações das formas de existência *histórica* das relações sociais” (1971, p.70). E é a ideologia que determina esse processo. A tese central de Althusser é a de que *a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos*; a ideologia e a própria possibilidade de ser sujeito são, para ele, uma só e mesma coisa. Pêcheux introduz uma reflexão sobre o papel específico da linguagem (da língua) nesse processo de interpelação  $\frac{3}{4}$  eis sua contribuição para a compreensão do fenômeno. Todo sujeito é um indivíduo interpelado pela ideologia, em / através da linguagem.

É assim que Althusser, e depois Pêcheux, vêm aprofundar a questão da relação sujeito e ideologia como um modo de compreender o caráter histórico do funcionamento das sociedades humanas, questão central do materialismo histórico em que esses autores se inscrevem. Althusser, partindo de Marx, defende em seu famoso ensaio *A Ideologia e os Aparelhos Ideológicos de Estado*, o entendimento do conflito entre as classes dominantes e dominadas, afirmando que existem, no sistema social, certos dispositivos que ao serem acionados tendem a manter as classes dominantes no poder. Os chamados aparelhos ideológicos de Estado (AIE) têm como finalidade manter e gerar a reprodução social, não somente atuando no campo das idéias, mas tendo existência material. Este intrincado mecanismo faz com que o indivíduo aceite as estruturas sociais existentes como boas, necessárias e desejáveis. A ideologia tem então a função de constituir indivíduos concretos em sujeitos. Em outras palavras, o indivíduo é interpelado em sujeito através da ideologia, não sendo “livre” no sentido filosófico do termo. Este se configura como sujeito agente determinado por práticas sócio-históricas, sendo que, para agir, deve ter a ilusão de ser livre. Este traço é característico do sujeito-de-direito nas sociedades liberais, das contradições constitutivas do ideal do cidadão moderno.

Influenciado pelo pensamento althusseriano, Pêcheux, baseado na Tríplice Aliança – Marxismo, Lingüística e Psicanálise –, busca problematizar as noções de sujeito e ideologia através de um novo viés: língua e discurso. Este novo momento permite a formulação de alguns conceitos que irão causar um descentramento do sujeito, afetando assim a relação ideologia – língua – sujeito.

Para Pêcheux a constituição do sujeito e dos sentidos está intrinsecamente ligada ao funcionamento do discurso, que, por sua vez, é atravessado pelo social e pelo histórico, sendo que o sentido é caracterizado por uma “relação determinada do sujeito com a história, um sujeito de linguagem, que não é mestre de si mesmo e responsável por suas escolhas e intenções, nem capaz de dominar e controlar uma linguagem transparente, adaptado a um mundo biossocial normatizado e normalizado.” (SILVA, 2002, p.2)

Em última instância, o que Pêcheux afirma e defende é o fato de que o discurso é o local de ruptura onde ideologia e língua se fundem, sendo que a primeira se materializa na segunda. Esta proposta permite novas (re)leituras e (re)interpretações de sentidos. Para tal, a AD fornece algumas ferramentas, sendo que discorreremos sobre algumas a seguir.

## **INTERDISCURSO E CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO: O PROCESSO DE IRRUPÇÃO DOS ENUNCIADOS**

As noções de condições de produção (CP) e interdiscurso são de extrema importância na configuração da episteme da AD. Ambas surgiram como uma forma de ruptura para com teorias que têm como base um sujeito que constitui os sentidos de um ponto de vista cognitivo e a-histórico.

O agrupamento destas duas noções pode parecer estranho a alguns analistas, já que o aparecimento do conceito de interdiscurso no aparato teórico da AD fez com que outros conceitos, antes tidos como de extrema importância<sup>4</sup> – CP e formação discursiva (FD)<sup>5</sup> – saíssem um pouco de foco. Hoje, o primado do interdiscurso sobre o discurso<sup>6</sup> é uma das teses principais da AD, conquistando o estatuto de ponto passivo perante alguns analistas. No entanto é um de nossos objetivos aqui discutir este paradigma da AD, entendendo que o discurso (efeito de sentido) se dá no imbricamento de dois eixos: um vertical, constituído de memórias, já-ditos, ou seja, interdiscurso; e um horizontal, configurado pelas CP no sentido de acontecimento histórico que pode ter múltiplas durações, que impacta o real e origina a emergência de enunciados.

---

<sup>4</sup> Maldidier (2003) afirma que a noção de FD perde a sua força nos últimos escritos de Pêcheux, mantendo-se somente o conceito de interdiscurso. No entanto existem diversos autores que estabelecem uma relação entre FD e interdiscurso, como, por exemplo, Orlandi (1992).

<sup>5</sup> Consideramos FD de acordo com Pêcheux (1988, p. 160): “Chamaremos, então, formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.)”.

<sup>6</sup> Tal primado implica que uma FD produz o assujeitamento na medida em que é dominada pelo interdiscurso. Assim sendo todo discurso tem a sua origem e é, em última instância, no/o interdiscurso.

Uma das teses de Pêcheux (1988, p. 162) é que “... toda formação discursiva dissimula, pela sua transparência de sentido que nela se constitui, sua dependência com relação ao ‘todo complexo dominante’ das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas...”. O que importa destacar nesta passagem é a caracterização do “todo complexo dominante” como interdiscurso, sendo que todas as FD são dependentes dele. Pêcheux (influenciado por Marx e Althusser) apresenta neste ponto específico uma hierarquia de formações, que podem ser expostas do seguinte modo: Formação Econômica → Formação Social → Formações Ideológicas → Formações Discursivas. Esta última é então constituída por vários “tipos” ou “gêneros” de discurso, podendo ser jurídico, científico, religioso, político, etc; sendo que em determinada sociedade um destes discursos poderá adquirir o estatuto de “dominante”. É importante ressaltar aqui que Pêcheux insere o interdiscurso, o “todo complexo dominante”, entre as Formações Ideológicas e as FD, ou seja, a ideologia dominante incide no interdiscurso, sendo que todas as FD são dependentes dele. Está instaurada a noção de interdiscurso que vem, então, dominando certos domínios teóricos da AD.

De forma a descrevermos o interdiscurso como o eixo vertical constituinte do processo de irrupção de um discurso, lançamos mão à definição de Orlandi (1992, p. 89-90), segundo a qual:

O interdiscurso é o conjunto do dizível, histórica e lingüisticamente definido. Pelo conceito de interdiscurso, Pêcheux nos indica que sempre já há discurso, ou seja, que o enunciável (o dizível) já está aí e é exterior ao sujeito enunciator. Ele se apresenta como séries de formulações que derivam de enunciações distintas e dispersas que formam em seu conjunto o domínio da memória. Esse domínio constitui a exterioridade discursiva para o sujeito do discurso.

Ou seja, o interdiscurso surge como memória<sup>7</sup>, já dito, como uma espécie de “passado discursivo” irrepresentável e inacessível, do qual o sujeito não se dá conta devido ao esquecimento número 1.<sup>8</sup> De acordo com Orlandi (2003, p.18) o interdiscurso é “efeito e constituidor da relação das materialidades da história e da língua, enfim ele é a memória da língua (...) é o espaço de efeitos da lembrança, do esquecimento, das repetições, das redefinições, das rupturas e das transformações de sentido em um dado processo discursivo”.

---

<sup>7</sup> Segundo Pêcheux (1999, p. 50) “Memória deve ser entendida aqui não no sentido diretamente psicologista da ‘memória individual’, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador”.

<sup>8</sup> Pêcheux (1988) afirma que o sujeito, tal como concebe a AD, opera através de duas ilusões ou esquecimentos. O primeiro esquecimento diz respeito à originalidade do discurso. O sujeito crê que é a fonte de seu dizer e que tudo o que diz é original, “esquecendo-se”, a nível consciente, que o discurso é caracterizado por um entrelaçamento de já-ditos. Este acontecimento é de natureza inconsciente e ideológica, logo, é zona inacessível ao sujeito, aparecendo como o lugar constitutivo da subjetividade. O segundo esquecimento é da ordem da enunciação. O sujeito opera através da ilusão de deter o controle da linguagem e dos significados, retomando o seu discurso para explicitá-lo melhor, formulá-lo mais adequadamente, etc. Esta operação, caracterizada pelo funcionamento de tipo pré-consciente ou consciente, dá ao sujeito a ilusão de que há uma relação direta entre pensamento, linguagem e mundo. Assim sendo, o sujeito da AD, apesar de ser caracterizado pela dispersão e divisão, apresenta-se ilusoriamente como centrado, uno, no controle.

Descrito o eixo vertical, explicitamos o segundo eixo, o horizontal, tendo como base a noção de CP.

Ao propor descrever os mecanismos formais que constituem o processo de produção de um determinado discurso, Pêcheux (1990, p.75) afirma que uma das ordens de pesquisa será:

O estudo da ligação entre as circunstâncias de um discurso – que chamaremos daqui em diante suas condições de produção – e o seu processo de produção. Esta perspectiva está representada na teoria lingüística atual pelo papel dado ao contexto ou à situação, como pano de fundo específico dos discursos, que torna possível sua formulação e sua compreensão: é este aspecto da questão que vamos esclarecer agora, através do exame crítico do conceito saussuriano de *instituição*.

Pêcheux promove aqui uma ruptura com a pragmática ao substituir o conceito de circunstância, situação e contexto pelo de CP. Este movimento tem como objetivo inserir o estudo do discurso no campo das instituições, marcadas pelo histórico e social. Surgiram, porém, alguns problemas. A ambigüidade do termo “condições de produção” deu espaço a interpretações de caráter psicologizante, devido ao fato de que a imagem do “outro” era muitas vezes interpretada como a representação que um interlocutor faz do outro, e não no sentido que Pêcheux tinha em mente, a saber, a imagem do “outro” como representação imaginária resultante de um processo histórico-social de interpelação. Este problema teórico foi esclarecido por Pêcheux e Fuchs (1990, p.171) ao afirmarem que “... o que faltava e o que ainda falta parcialmente é uma teoria não-subjetiva da constituição do sujeito em sua situação concreta de enunciador”. Deste modo, segundo Possenti (2004, p.369),

Para a AD, o conceito de condições de produção exclui definitivamente um caráter “psicossociológico”, mesmo na “situação concreta” (...) os contextos imediatos somente interessam na medida em que, mesmo neles, funcionam condições históricas de produção. Ou seja, os contextos fazem parte de uma história...

Com o conceito de CP a história é colocada em um patamar importante, devendo ser “... preferencialmente compreendida como a análise das transformações das quais as sociedades são efetivamente capazes. As duas noções fundamentais da história (...) não são mais o tempo e o passado, mas a mudança e o acontecimento” (FOUCAULT, 1972b, p. 287). A noção de acontecimento é crucial para a AD. Primeiramente, por sua relação com a enunciação, concebida como um fato que não se repete, ao contrário do enunciado. Este conceito pode ser observado em Foucault (1972, p. 23), ao definir a sua relação com a enunciação:

A supressão sistemática das unidades permite restituir ao enunciado sua singularidade de acontecimento; não é mais considerado simplesmente como manifestação episódica de uma significação mais profunda que ele; é tratado na sua irrupção histórica; o que se tenta observar é a incisão que constitui a sua emergência.

Desta forma, para ambos autores, o ato de enunciar é visto como acontecimento único que emerge para nunca mais aparecer. Este fato vai de encontro a Pêcheux quando este

afirma que o acontecimento foge à estrutura, não podendo se repetir em exatas condições sócio-históricas.

No que diz respeito à história, a noção de acontecimento é tomada de forma diferente em Foucault (1972b). Neste texto Foucault afirma que a história é constituída de múltiplos acontecimentos, sendo estes paralelos e de diferentes durações,<sup>9</sup> sendo que os acontecimentos de longa duração só podem ser observados se tomarmos a história como descontínua. Esta abordagem “... permite fazer emergir acontecimentos que, de outra forma, não teriam aparecido.” (*id. ibid*, p. 290).

Desta forma, as CP de um discurso são caracterizadas por sua ampla historicidade, a qual é, por sua vez, constituída por “... durações múltiplas, e cada uma delas é portadora de um certo tipo de acontecimento...” (*id. ibid*, p. 294), de natureza diferente. Estes fatos, aliados à noção de interdiscurso, possibilitam ao analista explicar a emergência de um determinado enunciado, e não outro em seu lugar (FOUCAULT, 1972). Temos então presentes dois eixos, um vertical (memórias, já-ditos, interdiscurso) e um horizontal (acontecimentos históricos, CP).

## **SEMÂNTICA DA ENUNCIÇÃO: SENTIDO, TEMPORALIDADE, ENUNCIADO E ENUNCIÇÃO**

A semântica da enunciação<sup>10</sup>, dialogando com a AD, vem contribuir para com a importância do histórico na discussão sobre o acontecimento da enunciação e constituição do sentido. Esta contribuição é importante, pois oferece um olhar próximo, mas em alguns pontos distintos da AD, o que “enriquece” a teoria, possibilitando uma análise mais abrangente e consistente. Guimarães (2005, p. 8) afirma que “o tratamento da enunciação deve se dar em um espaço em que seja possível considerar a constituição histórica do sentido”. A enunciação é aqui entendida como um acontecimento específico no qual se dá a relação entre dois elementos: o histórico (acontecimento) e língua (estrutura) <sup>11</sup>.

Cabe mencionar dois pontos cruciais nesta semântica. O primeiro reside no fato de que o sujeito é constituído pelo funcionamento da língua. Este gesto teórico retira a centralidade do sujeito e vai incidir no segundo ponto: o conceito de temporalidade que

---

<sup>9</sup> Foucault afirma que podem existir: a) acontecimentos curtos, facilmente observáveis, como, por exemplo, uma manifestação pública; b) acontecimentos de médio prazo, que podem ser uma recente seqüência de escândalos políticos, podendo ou não originar a irrupção de uma manifestação pública; e c) acontecimentos de longa duração, como, por exemplo, uma longa tradição de governantes corruptos (seja na monarquia, república, ditadura, etc.) que em um regime democrático (teoricamente mais aberto a investigações e à opinião pública) pode emergir, possibilitando então o aparecimento de outros acontecimentos (escândalos, manifestações, etc.).

<sup>10</sup> Lançamos mão de alguns conceitos da Semântica da Enunciação, pois acreditamos que esta, como proposta em Guimarães (1995, 2002), permite agir nos entremeios da língua, acontecimento, interdiscurso e enunciado.

<sup>11</sup> A noção de acontecimento é comum ao campo da Semântica da Enunciação e da Análise de Discurso. Esta noção, segundo Orlandi (2005, p. 46), “faz sentido na Análise de Discurso pela sua relação com estrutura”. A autora complementa que “é acontecimento porque se dá no mundo, sendo da ordem do que reclama sentido e é estrutura porque tem a ordem da língua, capaz de equívoco”.

recusa a posição de Benveniste, segundo a qual o sujeito, ao enunciar ‘eu’, instaura o presente. Agora é o acontecimento de linguagem que temporaliza e o “sujeito é tomado na temporalidade do acontecimento.” (*id. ibid*, p.12). Esta temporalidade, originada pelo acontecimento, remete, sincronicamente, a um futuro e a um passado:

De um lado ela se configura por um presente que abre em si uma latência de futuro (uma futuridade), sem a qual não há acontecimento de linguagem, sem a qual nada é significado, pois sem ela (a latência do futuro) nada há aí de projeção, de interpretável. O acontecimento tem como seu um depois incontornável, e próprio do dizer. Todo acontecimento de linguagem significa porque projeta em si mesmo um futuro. Por outro lado este presente e futuro próprios do acontecimento funcionam por um passado que os faz significar. Ou seja, esta latência de futuro, que, no acontecimento, projeta sentido, significa porque o acontecimento recorta um passado como memorável. (*id. ibid*, p. 12).

O passado surge aqui como memória que, pensada em relação ao discursivo, é tratada como interdiscurso. O fato da temporalidade instaurada pelo acontecimento de linguagem ter como passado uma memória, um já dito, permite significar e abre as portas para outras significações que preencherão as lacunas do futuro. Desta forma, o falante, enunciador, locutor, sujeito (não importando aqui as nomenclaturas e sim o objeto ao qual nos referimos) é sempre interpelado, constituído e significado por algo que fala antes e alhures. Enunciar é ser tomado e falar de uma posição de sujeito.

Em relação ao enunciado, seguindo Guimarães (1987, 2002), consideraremos o texto como uma unidade empírica com começo, meio e fim que será tomada como unidade de análise. Mas essa unidade deve ser pensada no processo discursivo, sendo atravessada por várias posições do sujeito, caracterizada por uma dispersão de discursos. Ainda para o autor “o texto, na sua relação com o discurso, não é uma unidade de sua construção. A unidade de construção é o enunciado, mas que é enunciado por aparecer em um texto” (GUIMARÃES, 2001, p.13). Como unidade de discurso, os enunciados marcam diferentes posições do sujeito no texto, o qual pode ser formado por enunciados de discursos diferentes. Assim, um enunciado em um texto é “um correlato de um recorte discursivo” (*id. ibid*, p. 13). Essa acepção de recorte adotada pelo autor é formulada em Orlandi (1984, p. 14 *apud* GUIMARÃES, 2001, p.13), onde “recorte é uma unidade discursiva. Por unidade discursiva entendemos fragmentos correlacionados de linguagem e situação. Assim um recorte é um fragmento da situação discursiva”. Dessa forma, os recortes enunciativos são sempre polifônicos. Outra questão também levantada pela referida autora é que “nós não falamos apenas para ‘formar sentenças’ e as palavras mudam de sentido ao passarem de uma forma discursiva para outra” (ORLANDI, 1987, p.83). Portanto pensar em sentido em enunciados indígenas necessita também levar em consideração o sentido na relação estabelecida entre a língua materna com e dentro da língua majoritária. Uma tarefa também não tão fácil de ser executada. De qualquer forma, será sempre uma possibilidade de análise, dentre outras.

Consideramos estas reflexões importantes pois permitem pensar os enunciados a serem analisados através de diversos pontos de vista: como língua (estrutura na qual é materializada a ideologia), como acontecimento (de enunciação com uma temporalidade

própria; de situação – histórica – que permite o aparecimento de enunciados) e como interdiscurso (memória, já-dito que ressurgue no ato de enunciação).

### O Primeiro Enunciado: “Pensar no futuro de nossa língua”

*Vaj to ěg vĩ to jykre*<sup>12</sup>

Daniel de Oliveira e Dorvalino Kógjá Joaquim

1. Ěg vĩ vỹ tỹ nén ũ há nỹ, ěg kar mỹ.
2. Hāra tóg vĕnh mỹ nỹgtĩ vĕnh vĩ ũ tỹ ki kārāg kỹ hā.
3. Hā kỹ ěg vỹ tag to kanĕjur ke nỹtĩ, ěg tĩ ěg vĩ tag kren tũg jé.
4. Mỹr ěg tỹ ěg vĩ tó nĩn kỹ, ěg tỹ kanhgág tag ser ki vĕnhra nĩ, ũn vĩ ũ ag kāki javo.
5. Tag tugrĩn inh mỹ ěg kar vỹ tó há kar nỹtĩ sór ke nĩ, ěg vĩ ti.
6. Ke tũ mỹr ěg tóg tā ki hā kren kãn mũ.
7. Kỹ gĩr tỹ ěg nón kãmũ ag vỹ tũg nĩn vāsỹrĕnh mũ, kanhgág vĩ han sór kỹ.
8. Tag to jykřén kỹ inh mỹ ěg tỹ ěg jykre tỹ nón fag kãn kã tỹ nỹ, ěg tỹ kanhgág kar tag tĩ.
9. Sỹ to jykřén ki, ěg tỹ kanhgág tag vỹ, jagnā mré nỹtĩg kỹ han ge nỹtĩ ũ tỹ tó há kar, ũ tó kórég ag mré.
10. Ě vĩ tu kanĕjur hā vĕ.

### “Pensar no futuro da nossa língua”

Tradução de Luiz Sebastião Camargo<sup>13</sup>

1. Nossa língua é uma coisa boa para todos nós.
2. Mas fica diferente quando entra outra fala.
3. Por isso nós devemos nos preocupar para nós não esquecermos nossa fala.
4. Por que enquanto nós falarmos nossa língua nós seremos bem identificados como índios, no meio dos que falam diferente.
5. Por isso, para mim nós todos devemos tentar falar bem nossa língua.
6. Senão nós, daqui um tempo, vamos esquecer tudo.
7. Aí as crianças que vêm depois de nós vão sofrer através disso para fazer (escrever) a língua Kaingang.
8. Pensando nisso eu acho que nós devemos fixar nosso pensamento (pensar nisso), nós que somos todos índios.
9. No meu pensar, nós que somos índios, devemos sentar juntos e fazer: alguém que sabe falar, com alguém que não sabe.
10. Essa é a preocupação sobre a nossa língua.

<sup>12</sup> Disponível em [www.portalkaingang.org](http://www.portalkaingang.org).

<sup>13</sup> Professor Kaingang de Inhamorá, Rio Grande do Sul.



É necessário não perder de vista, ainda que nosso objeto de reflexão não seja este, que estamos no campo de enunciação em uma língua indígena traduzida para o Português. A tradução do enunciado em Kaingang para o Português foi feita por um falante nativo e professor Kaingang. A questão do sentido constitui-se um lugar de observação e isto se pode compreender já a partir de *Vaj to* (no título) traduzido como ‘futuro’, que significa literalmente “em direção ao amanhecer”. Na categoria de falante, o enunciador é afetado pelo simbólico da língua e é o que constitui esse espaço da enunciação diferente em sua língua ‘materna’ e na ‘outra língua’ (no caso, o Português). ‘Em direção ao amanhecer’ possui um simbólico que é diferente do simbólico ‘futuro’. Da mesma forma, podemos pensar em *vĩ*, que pode ser traduzido em Português como língua, palavra, discurso, fala. Isso demonstra a marca de uma língua de tradição oral: em (1) *vĩ* é traduzido como ‘língua’; em (3) relaciona-se com a ‘fala’ (‘nossa fala’), mas também pode ser ‘fala de alguém’ (como em (2) e em (4) quando há a utilização conjunta com o pronome indefinido (*ũ*). A ‘palavra’, ‘o discurso’, ‘a fala’ estão na oralidade. Falar é usar a língua, é discursar.

Há necessidade, portanto, de se considerar em uma análise mais ampla, a própria materialidade do texto, o seu funcionamento e sua historicidade. Propomos uma reflexão considerando o texto como uma unidade de sentido na qual funcionam os enunciados e, sob este ponto de vista, constituído por seqüências lingüísticas remetidas a um lugar de sujeito no acontecimento enunciativo. Neste primeiro enunciado, é latente uma posição negativa do enunciador à ‘entrada’ de outras línguas: (1) ‘Nossa língua é uma coisa boa para nós. (2) Mas fica diferente quando entra outra fala’. Se a interpretação de um texto não é a soma da interpretação de seus enunciados e, se não é apenas a segmentabilidade dos enunciados e sua linearidade que estabelecem as relações de sentido entre eles, pode-se observar que “nossa língua” (Kaingang) é predicada como ‘uma coisa boa para nós’ (índios Kaingang); mas, essa predicação é feita por um procedimento que se caracteriza por relações que vão além da sentença. Ao mesmo tempo, a relação que atribui significado à expressão ‘nossa língua’ faz com que o texto se organize enquanto tal. Os locutores nesses enunciados estão fazendo referência à sua língua e à língua portuguesa (a língua majoritária). Somente se pode pensar nessas relações que estão além destas sentenças se pensarmos em termos históricos. Desde os primeiros contatos com a sociedade não-indígena os Kaingang foram alvo de ações catequéticas propostas e impostas pela Igreja Católica e afetados pela implementação de uma política indigenista oficial que não privilegiava as comunidades indígenas. Segundo D’Angelis (2002, p. 109), dentre as muitas pressões sobre a sociedade Kaingang, encontram-se as políticas sistemáticas para que eles deixassem de falar a língua materna.<sup>14</sup> Desnecessário, talvez, falar sobre a influência do Português nas línguas indígenas hoje e no Kaingang de modo especial. Mas de qualquer forma, vale ressaltar que as muitas comunidades indígenas tiveram suas

---

<sup>14</sup> Esse processo continuou ao longo do tempo. No final dos anos de 1950 instala-se, na divisa da área indígena de Rio das Cobras, no sudoeste do Paraná, a missão e centro de pesquisa lingüística do Summer Institute of Linguistics (SIL - hoje, Sociedade Internacional de Lingüística). Pela ação do SIL, com a formação de professores bilíngües (chamados ‘monitores bilíngües’), inicia-se a implantação de um programa educacional baseado no ‘bilingüismo de substituição’, ou seja, um modelo que propõe que a língua indígena de alfabetização (pois a criança chega na escola falando sua língua) ceda espaço para o Português que substitui a língua materna (Cf. D’ANGELIS, 2002).

exigências lingüísticas ampliadas a partir da intensificação do contato com os não-índios, especialmente quando a colonização chegou muito próxima dessas comunidades, e, então, interagir em Português passou a ser uma necessidade e isso se deu a partir de diferentes recortes históricos. Como a maioria das sociedades indígenas no Brasil, os Kaingang precisaram empregar a língua portuguesa como recurso para estabelecer a maioria dos laços com a sociedade envolvente. Assim, no último século e meio, a língua portuguesa teve menor ou maior interferência sobre a língua Kaingang.

É o interdiscurso que relaciona o que pode ser interpretado como conclusão em uma relação argumentativa e é o que temos, relacionando-se a (1) e (2), o enunciado (3): ‘Por isso nós devemos nos preocupar para nós não esquecermos nossa fala’. A ‘entrada’ de outra língua (de outra ‘fala’), o contato com o Português, é a razão para que ‘nós não esqueçamos nossa fala’. Na memória discursiva que cruza estes enunciados está presente o fato de que falar outra língua (‘estrangeira’) e deixar de falar a língua materna, numa sociedade indígena dentro de um país onde a língua oficial não é a sua, é razão para o esquecimento da primeira. Note-se que as políticas sistemáticas para que os Kaingang deixassem de falar sua língua ainda estão bastante presentes. Atualmente a alfabetização em muitas comunidades Kaingang é em língua portuguesa. Daí também a retomada em (6) ‘Senão nós, daqui um tempo, vamos esquecer tudo’; em que a interferência de uma outra língua traz conseqüências negativas à manutenção de sua língua.

Se considerarmos que os enunciados nascem no encontro do interdiscurso com as CP, ao olharmos este primeiro enunciado podemos dizer, então, que ele tem a sua origem no encontro entre o interdiscurso – memórias – de colonização, (movimento caracterizado historicamente pelo silenciamento das diferenças e a busca da homogeneização) e as CP, constituídas pelo acontecimento histórico que os Kaingang atravessam no momento - o de uma preocupação com a introdução acentuada da língua portuguesa em seu dia-a-dia. Este acontecimento origina uma segunda ‘voz’ nesse enunciado: a da preservação da identidade através do ensino da língua materna às crianças.

No processo de incrementação das relações de contato, no início parece que na sociedade Kaingang a língua não representava uma parte importante na construção de identidade desse povo, mas o avanço cada vez maior da sociedade luso-brasileira resultou em uma situação em que a dicotomia *ser índio ou não ser índio* foi sendo colocada em todos os aspectos de suas vidas cotidianas. Em um primeiro momento, a tentativa de se identificar com a sociedade dominante levou ao abandono da língua materna. Porém, o resultado ao longo do tempo mostrou que o fato de se falar bem ou não o Português não evitava a discriminação. Houve então uma revalorização da língua, a qual está marcada em (4): ‘Por que enquanto nós falarmos nossa língua nós seremos bem identificados como índios, no meio dos que falam diferente’. O enunciatador acredita que a cultura e a história de seu povo estão fortemente ligadas à sua língua. Temos novamente aqui o discurso da colonização, só que do avesso. Os colonizadores buscavam propagar uma língua única como forma de controle e de silenciamento das diferenças. Aqui o enunciatador busca propagar uma única língua (minoritária no caso) como forma de proteção de identidade. Assim também em: (5) ‘Por isso, para mim nós todos devemos tentar falar bem nossa língua’, onde encontramos diferentes posições do locutor-autor, as quais estabelecem diferentes efeitos de sentido. ‘Para mim’ marca o lugar do professor, como de uma posição ‘externa’ e imediatamente a seguir compartilha os mesmos interesses com aqueles para

quem fala: ‘nós devemos tentar falar bem nossa língua’. Ou seja, ele se inclui dentre os que precisam manter a língua como uma das formas de construção de identidade.

Ainda podemos dizer que em (5) há resquícios da memória discursiva do discurso colonialista que coloca a língua do ‘colonizador’ como a língua ‘boa’, ‘correta’, ‘bem falada’; uma língua superior à língua do ‘colonizado’ enquanto língua dos ‘civilizados’ em oposição à língua ‘inculta’ dos que são conquistados: “por isso temos que falar bem nossa língua”. A busca da construção da identidade se apresenta novamente em (7): ‘As crianças que vêm depois de nós vão sofrer através disso pra fazer (escrever) a língua’. A preocupação do ensino da língua materna às crianças fica claramente apontada em (9): ‘No meu pensar, nós que somos índios, devemos sentar juntos e fazer: alguém que sabe falar, com alguém que não sabe’. A referência é a sua língua e quem ainda precisa aprender, principalmente as crianças. Lembremos que os ‘locutores-autores’ pertencem a comunidades do Rio Grande do Sul e que nestas aldeias, apesar da maioria ser bilíngüe, a língua Kaingang é falada por mais de 60% de seus membros. As crianças são as que irão manter essa ‘identidade’, enquanto ‘índios’, enquanto ‘Kaingang’, através do aprendizado e do uso da língua materna. Temos aqui fortemente presente o interdiscurso colonialista surgindo como ameaça à língua Kaingang, mas também tomado e revirado do avesso, vindo à tona como modo de preservação da língua, e, conseqüentemente, da construção de identidade. As CP são também facilmente observáveis, presentes em um acontecimento de grande tensão: a alfabetização das crianças na escola em língua portuguesa *vs* a continuidade da tradição e identidade Kaingang através do ensino de sua língua para as mesmas crianças. Há, aqui, em última instância, um embate entre línguas: a do colonizador *vs* a do colonizado.

Importante notar finalmente, nesta questão da construção de identidade, que eles utilizam ‘*kanhgág*’ tanto para referir-se à sua língua (como por exemplo em (7): *Kanhgág vĩ* - ‘língua Kaingang’), como para significar ‘índio’ (como em (4): *ẽg tỹ kanhgág tag ser* - ‘nós como índios’). Em Veiga (2006, p. 45-46) encontramos que “o termo hoje é difundido entre eles próprios e assumido com o significado de índio. Atualmente o termo Kaingang é certamente aquele que unifica esse povo como autodenominação para fins externos (isto é, identifica-os como uma unidade diante dos ‘outros’, não-índios e outros povos indígenas)”.

## OSEGUNDO ENUNCIADO: “A MULHER KAINGANG”

### *Kanhgág Tětá fi*<sup>15</sup>

“A Mulher Kaingang”

Ilva Kójógtá Emílio, Vera Lucia Claudino Ribeiro, Regina Gój-Téj Emílio e Adriana Inácio Claudino

1. *Ũ tětá fi vỹ Kanhgág jamã ki tỹ pã'i mág nĩ.*
2. *Vāsỹ fi pi iskóra ki rē tĩ, ãn hē kēmi fi tỹ rēnhrej tĩ, fi mỹnh fi mré.*
3. *Fi pi vēnh jykre nĩm tĩ.*

<sup>15</sup> Disponível em [www.portalkaingang.org](http://www.portalkaingang.org).

4. *Kar fi pi fi jykre n̄m t̄t̄ gé, n̄n̄ ũ t̄y h̄n̄ ri ke k̄y.*
5. *Fi mén kar fi t̄y ver fi mén jykre n̄t̄t̄t̄.*
6. *Fi ũn̄ k̄m̄t̄ fi t̄y n̄n̄ ũ hanhan t̄t̄, fi kr̄e veja fi t̄y m̄ũ gé.*
7. *Ēp̄y m̄t̄ fi t̄y r̄ēnh̄ēj m̄ũ gé.*
8. *Fi h̄ē v̄y v̄ēs̄ȳrénh̄ mág t̄t̄.*
9. *Fi t̄y n̄n̄ ũ mén s̄ór k̄y, fi t̄y fi mén m̄y kej m̄ũ.*
10. *Fi kr̄e kagan k̄y fi t̄y inh̄ h̄ā v̄ēnh̄kagtá n̄n̄n̄ t̄t̄g m̄ũ.*
11. *Jāvo ũri fi jykre t̄óg t̄y ũ ké.*
12. *Fi pi fi mén ki ēm̄ēg t̄t̄, inh̄h̄ē fi t̄y vyr m̄y renh̄ēj t̄t̄.*
13. *Inh̄h̄ē fi t̄y n̄n̄ ũ t̄y t̄ũ ke k̄y n̄n̄n̄ vej m̄ũ, m̄ȳr fi t̄y v̄āfy génh̄ t̄t̄g k̄y fi t̄y to j̄ānkamy han t̄t̄.*
14. *K̄y ũ t̄y fi to j̄ũ m̄ȳr fi t̄óg v̄t̄ há n̄y m̄ũ gé.*
15. *Kanhgág kar fag pi jaḡn̄ē rike n̄ȳt̄t̄, ver ũ fag t̄y jatu há n̄ȳt̄t̄.*
16. *K̄y ũn̄ kanhró tag fag v̄y fag pir m̄y m̄ũg há n̄ȳt̄t̄.*
17. *Fag pi uri ũn̄ m̄y p̄ānh̄kej t̄t̄.*
18. *M̄ȳr fag t̄y v̄t̄ há n̄ȳt̄t̄ n̄ȳ gé.*
19. *Fi t̄y r̄ēnh̄r̄ēj'e ra, fi t̄y fi kr̄e ve há han t̄t̄.*
20. *Fi iskóra k̄m̄t̄ fi t̄y ũn̄ mág ni gé.*
21. *K̄y h̄ē v̄ē ēg t̄y Kanhgág t̄ētá fi k̄ēme tó ja ti.*

“A Mulher Kaingang”

Tradução de Luis Sebastião Camargo, professor Kaingang de Inhacorá, RS

1. Uma índia é uma grande liderança na aldeia.
2. Antigamente ela não entrava na escola, ela trabalhava só dentro de casa com sua mãe.
3. Ela não dava conselho.
4. E ela também não aconselhava quando acontecia alguma coisa.
5. Depois que ela casou, vivia sob o conselho do seu marido.
6. Ela fazia as coisas dentro de casa, ela também cuidava dos seus filhos.
7. Ela também trabalhava na roça.
8. Era ela quem sofria muito.
9. Quando ela queria alguma coisa, ela falava para o seu marido.
10. Quando seus filhos ficavam doentes, ela mesma ia atrás do remédio.
11. Enquanto hoje ela mudou de jeito.
12. Ela não espera mais do seu marido, ela mesma trabalha por conta, (e ela também dá conselho).
13. Quando termina as coisas, ela mesma acha um jeito, porque quando ela leva o artesanato, ela faz dinheiro.
14. Por isso quando alguém fica brabo com ela, ela vai saber falar.
15. As mulheres índias não são todas iguais, ainda existem umas bem quietas (tímidas).
16. Por isso, as que são inteligentes sabem viver sozinhas.
17. Hoje elas não se abaixarão para ninguém!
18. Porque elas também sabem falar (responder).

19. Apesar dela ter muito serviço, ela cuida bem dos seus filhos.
20. Na escola dela, ela também é alguém importante.
21. Então essa é a história da mulher Kaingang que nós contamos.

Neste segundo enunciado também temos diferentes posições do enunciador<sup>16</sup> que são afetadas pelo interdiscurso e pelas CP. Em um primeiro momento temos a descrição da vida da mulher, no caso indígena, mas que poderia ser de qualquer outra mulher de alguns anos atrás e em muitas situações ainda atualmente, submetida às vontades de uma sociedade machista. É o que se vê materializado em (2), (3) e (4), os quais remetem a uma mulher ‘sem voz’, que não participa das decisões. Os enunciados (5) a (10) descrevem ainda este posicionamento submisso da mulher, talvez se excetuando o enunciado (7), comentado mais abaixo.

Em um segundo momento o enunciado passa a descrever as mudanças pelas quais esta mulher passou. Isto está inicialmente evidenciado em (11) e continua nos enunciados (12) a (19). Porém o enunciador se refere a estas mudanças como exclusivas da mulher indígena, especialmente da mulher Kaingang, que está re-significada a partir da ‘índia Kaingang’ em (1), nas repetições do pronome de 3ª pessoa feminino - *fi* - “ela” nos demais enunciados. Cada substituição faz o sentido ser re-significado por estar integrando o texto. Não teríamos como saber quem é ‘ela’, qual o sentido re-escrito se tomássemos, por exemplo, somente o enunciado (8) “era ela que sofria muito”. Esse ‘ela’ em (8) só significa ‘uma mulher Kaingang’, uma índia Kaingang, porque está nesta relação de enunciados constituindo uma unidade que é este texto.

Quanto às mudanças, sabemos, entretanto, que descritas como exclusivas à mulher indígena, se estendem a outras comunidades e sociedades.

De novo temos o discurso colonialista cruzando o enunciado e mais uma vez do avesso. Ao isolar a mulher indígena das restantes (em relação às mudanças) o enunciador deixa transparecer a concepção de que ele próprio e sua comunidade estão ‘isolados’ do restante do mundo. Desse modo, o enunciado se dá neste espaço de cruzamento do interdiscurso de cunho colonialista com as CP, no confronto entre querer preservar a identidade da mulher indígena – fazendo menção ao passado e costumes desta – e não se aperceber de que, no mesmo enunciado, as mudanças ocorridas – consequência do presente dos acontecimentos históricos – são louvadas. Mudanças estas que vêm de ‘fora’, que ‘colonizam’ o seu modo de vida.

É o que vemos de maneira interessante quando apontado que “apesar dela ter muito serviço, ela cuida bem dos filhos”; atividade considerada anteriormente como ‘natural’ nas sociedades indígenas - geralmente a mulher tinha a responsabilidade de cuidar dos filhos, especialmente quando pequenos, e de cuidar da roça (como descrito em (7), enquanto ao homem cabia a caça e a coleta).

---

<sup>16</sup> Apesar de serem quatro professoras Kaingang que produziram este texto, estamos considerando do mesmo modo como fizemos no enunciado anterior que este é o lugar do enunciador e sendo assim, não são pessoas na atividade física ou psíquica de falar, mas sujeitos constituídos por este espaço de línguas e falantes. Assim utilizaremos essa denominação no singular ao longo da proposta de análise.

Há a referência à mulher submissa como ‘quieta’ ou ‘tímida’ (em 15) e à mulher ‘moderna’ como inteligente e que sabe viver sozinha (em 16). Da mesma forma que a mulher ‘moderna’ não é mais submissa porque não se “abaixa” para ninguém, ela hoje sabe ‘responder’.

Todo esse discurso também é presente e constituinte do discurso moderno e capitalista, no qual, entre outras coisas, a mulher, às vezes mais do que o homem, deve assumir múltiplos papéis. Na nossa sociedade, a partir de mudanças sócio-históricas e econômicas, a mulher passou a trabalhar ‘fora’ de casa, constituindo um certo fator de independência, principalmente em termos financeiros, mas ainda se encontra inserida em uma sociedade na qual acumula as funções de ‘dona de casa’, ‘esposa’ e ‘mãe’, com o seu trabalho ‘externo’. Assim também a mulher Kaingang hoje ‘trabalha por conta’; ela faz o artesanato e, quando ela leva o artesanato (quando ela sai para vender o artesanato na cidade, fora da aldeia), ela faz dinheiro!

Cabe novamente lembrarmos que não é apenas a segmentabilidade dos enunciados e sua linearidade que estabelecem relações de sentido entre estes enunciados. Vemos que passamos do interdiscurso, através de mediações, ao texto acabado. Orlandi (2005, p. 93) nos diz que “essas passagens deixam vestígios materiais de processos discursivos complexos, indiretos”. “Assim, do ponto de vista discursivo não há um ponto final, como também não há um começo absoluto” (*ib. ibid*, p. 93). A autora afirma ainda que é ao autor do texto, enquanto função-sujeito (aqui o locutor / enunciator), que cabe a representação de que o texto começa e termina.

Considerando estas questões, podemos estabelecer uma relação do enunciado (1) com os outros enunciados dentro do texto. Este enunciado, que parece deslocado da argumentação que se segue em (2) e seguintes, é retomado ou re-escrito em outros momentos, quando no dizer do papel que ela (a mulher índia) tem atualmente dentro da sociedade indígena Kaingang.

Note-se que em (20) há um “também”. Isso significa que “ela” é importante em outros setores dentro da comunidade, além de sua importância na escola, daí ela ser participante, uma “liderança” na aldeia. Há que se destacar também em (20) que as CP também produzem sentido no dizer. Lembremos aqui que o enunciator são mulheres Kaingang e que são professoras em suas comunidades. Note-se que há o enaltecimento do papel da mulher atual na escola como alguém importante, lugar esse do próprio enunciator.

Por fim, é interessante notar que para o enunciator já houve um esquecimento do papel da mulher Kaingang dentro de sua sociedade, pois parece ser recente (em termos de temporalidade) a questão dessa referência à submissão da mulher que em um momento mais longínquo (em um passado mais remoto) não acontecia. Talvez possamos inferir que a temporalidade neste segundo enunciado relaciona-se com as CP nas quais o enunciator está inserido. A condição da mulher Kaingang é colocada como um deslocamento do passado, sendo que este se dá a partir dos acontecimentos históricos que perpassam o momento da enunciação. Este fato é presente em (21), que além de agir no sentido de “fechar” esta seqüência enunciativa, afirma que há uma história da mulher Kaingang, que passado e presente constituem a sua posição-sujeito.

Resumindo, neste segundo enunciado temos um mesmo discurso, com origem no interdiscurso colonialista, abordado de duas posições: a primeira é um discurso colonialista do avesso - a proteção da identidade através do isolamento - e a segunda, o discurso colonialista em si - o deslocamento dos costumes da mulher indígena, “colonizada” pelos ideais da sociedade ‘moderna’, ‘capitalista’; ideais estes que se configuram como acontecimento histórico que impactam a produção de enunciados, e que são, em última instância, CP.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise destes dois enunciados Kaingang, acreditamos que foi possível demonstrar a relevância do conceito de CP na elaboração e análise de um *corpus*, sendo que este aponta diretamente para a constituição e emergência de enunciados dentro de um discurso específico, trazendo à tona a materialização lingüística da ideologia “dominante” (no caso colonialista) de um discurso, ancorada sempre ao histórico e ao social. Para tal, procuramos demonstrar que a emergência e o sentido de um enunciado estão ancorados em dois eixos. O vertical, composto por memórias de dizer, o interdiscurso; e o horizontal constituído pelas CP, entendidas como acontecimento histórico que pode ter múltiplas durações. No ponto em que os eixos se cruzam, o discurso, lugar de conflitos e tensões. Lugar do opaco.

---

## BIBLIOGRAFIA REFERIDA

- ALTHUSSER, L. (1971). *Lenin and Philosophy and other essays*. New York: Monthly Review Press.
- D'ANGELIS, Wilmar. (2002,). Kaingáng: questões de língua e identidade. (1996). *Liames 2*. Campinas: IEL-Unicamp. p. 105-128.
- FOUCAULT, M. (1969). *A Arqueologia do saber*. Petrópolis: Vozes, 1972.
- \_\_\_\_\_. (1972b). Retornar à história. In: *Ditos e escritos II*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 282-295.
- GUIMARÃES, Eduardo. (1987). *Texto e Argumentação: um estudo de conjunções do Português*. 2ª edição. Campinas, SP: Pontes, 2001.
- \_\_\_\_\_. (1995). *Os Limites do Sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas, SP: Pontes, 3ª edição, 2005.
- \_\_\_\_\_. (2002). *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas, SP: Pontes. 2ª edição, 2005.
- HENRY, P. (1969). Os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux (1969). In Gadet & Hak (orgs). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- MALDIDIÉ, D. (1990) *A inquietação do discurso: (Re) Ler Michel Pêcheux hoje*. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

## GONÇALVES & MANCHINI – Efeitos de sentido da ideologia colonialista...

---

- ORLANDI, Eni Puccinelli. (1984). Segmentar ou recortar? In: GUIMARÃES, Eduardo (org.). *Linguística: Questões e Controvérsias. Série Estudos*, número 10, Uberaba, Fiube.
- \_\_\_\_\_. (1983). *A Linguagem e seu Funcionamento: as formas do discurso*. Campinas, SP: Pontes, 2ª edição, 1987.
- \_\_\_\_\_. (1992). *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora da Unicamp.
- \_\_\_\_\_. (2001). *Discurso e Texto: formulação e circulação de sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2ª edição. 2005. 218 p.
- \_\_\_\_\_. (2003). Ler a cidade: o arquivo e a memória, In ORLANDI, Eni (org.). *Para uma enciclopédia da cidade*. Campinas: Pontes, Labeurb/Unicamp.
- PÊCHEUX, M. (1969). Análise automática do discurso (AAD-69). In Gadet & Hak (orgs). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- \_\_\_\_\_. (1975). *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.
- \_\_\_\_\_. (1983). Papel da memória. In Achard et al. *Papel da memória*. Campinas: Editora Pontes, 1999.
- PÊCHEUX, M. & FUCHS, C. (1975). A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In GADET & HAK (orgs). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- POSSENTI, S. (2004). Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. In MUSSALIM & BENTES. *Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos*. volume 3. São Paulo: Cortez, p. 353-393.
- SILVA, M.V. (2002). *Língua e cidadania na escola: política e teorias lingüísticas*. Texto apresentado na 9ª Conferência Internacional de História das Ciências da Linguagem – IX Ichols. São Paulo.
- VEIGA, Juracilda. (2006). *Aspectos fundamentais da cultura Kaingang*. Campinas, SP: Curt Nimuendajú. 256p.